



DIRETO DA REITORIA

POR PAULO CARDIM

Educação Pública: militância versus qualidade

28/02/2021 - Em [Artigos](#)

Blog da Reitoria nº 476, 1º de março de 2021

Por Prof. Paulo Cardim

**“Ensinar exige rigorosidade metódica” (Paulo Freire)
“Avaliar também” (Paulo Cardim)**

É comum lermos em postagens nas redes sociais ou em blogs afirmações como estas: “após mais de 20 anos de ditadura militar, o Brasil passou por um processo de abertura política e reintegração das instituições democráticas, em um período chamado de redemocratização. A ditadura militar, instaurada em 1964, foi responsável por uma forte censura e opressão aos direitos democráticos”.

Veio a Constituição de 1988, a “Constituição Cidadã”. Ou seja, uma Constituição recheada de direitos. E de poucos deveres. Deu no que deu. Um país de difícil governabilidade. A Constituinte conduziu todo o processo para um regime parlamentarista, rejeitado pela maioria do eleitorado brasileiro.

A educação brasileira, ofertada por instituições estatais, ao longo dos últimos trinta anos, foi aparelhada pelos esquerdistas do PSDB, PT e agregados. O mesmo aconteceu em alguns ministérios. Os presidentes da República, desde a chamada “redemocratização”, estão perdendo, a cada mandato, os poderes consagrados pela Constituição. Poderes, em diversos casos, subtraídos por decisões do Parlamento ou do STF.

Durante a pandemia da Covid-19, o Presidente da República foi afastado de decisões importantes, alocadas para governadores e cerca de 5.570 prefeitos. Decisões recentes do Congresso Nacional e do STF geraram problemas para a independência dos poderes.

Na educação básica, o Ministério da Educação ou o Presidente da República pouco podem fazer. São níveis educacionais de responsabilidade dos estados federados e dos municípios, de acordo com a Constituição. Nesse nível, a militância tem sido desastrosa para crianças, adolescentes e jovens.

Na educação superior, o Governo Federal mantém, com os recursos arrecadados dos tributos que todos pagamos, 69 universidades, além das dezenas de campus

fora de sede. Mantém, ainda, cerca de quarenta Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia, mais de uma centena de campus fora de sede, e dezenas de Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets).

O Censo da Educação Superior, ano-base 2019, registra 302 instituições de educação superior (IES) públicas e 2.306 IES mantidas pela livre iniciativa. Quase 3/5 das IES federais são universidades e 36,5% são Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets).

A rede da livre iniciativa ofertou 94,9% do total de vagas em cursos de graduação em 2019. A rede pública correspondeu a 5,1% das vagas ofertadas pelas IES. No período compreendido entre 2009 e 2019, a rede particular cresceu 87,1%. A rede pública aumentou apenas 32,4% no mesmo período. Fato intrigante. A rede federal, por exemplo, tem um contingente de docentes e técnico-administrativos que fica com cerca de 90% da receita orçamentária. Além da militância, em particular nos cursos de humanidades, a rede federal é infinitamente menor do que a rede da livre iniciativa.

Dos 8,6 milhões de matrículas, em 2019, a livre iniciativa têm uma participação de 75,8% (6.523.678) no total de matrículas de graduação. A rede pública participa apenas com 24,2% (2.080.146). Com todo o aparato, as IES públicas não conseguem acompanhar a rede particular.

O aparelhamento das universidades públicas, com ênfase para as mantidas pela União, e a militância vigente, em maior amplitude nas federais, promoveram um rebaixamento da qualidade nessas instituições. O Brasil não tem sequer uma universidade no ranking das duzentas melhores universidades espalhadas pelo nosso planeta. O ensino básico é um desastre maior ainda, gerado nesses mais de trinta anos perdidos, escancarado durante a pandemia – universidades federais fechadas o ano todo; escolas de educação básica à mercê dos humores de prefeitos e governadores. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) – *Programme for International Student Assessment* –, um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre estudantes na faixa dos 15 anos de idade, tem demonstrado abertamente o fraco desempenho de nossos estudantes em relação aos alunos dos demais países que integram o Pisa.

Um absurdo foi revelado pela [Gazeta do Povo](#), em sua edição de 26 de fevereiro findo, sob o título “Descolonizando Pitágoras”: matemática vira refém da militância ideológica na universidade “Afro-matemática”, “machismo”, “eurocentrismo”: ideologia desperdiça dinheiro público e prejudica o ensino das ciências exatas”.

Relata o repórter, nessa matéria de primeira página, um exemplo recente dessa guinada. O Instituto de Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que oferece, como uma de suas linhas de pesquisa para mestrado e doutorado, o tema “Educação em Ciências e Matemática para Diversidade Sexual e de Gênero e Justiça Social”. Se o candidato tiver uma preferência um pouco diferente, também pode optar pela linha de pesquisa “Descolonialidade e relações

étnico-raciais na educação em Matemática e ciências” (Leia mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/matematica-militancia-ideologica-universidade/>). E o Ministério da Educação, órgão mantenedor e supervisor das IES federais, nada pode fazer. A autonomia universitária, consagrada no art. 207 da Constituição Cidadã, não permite que a supervisão do MEC interfira nessas aberrações acadêmicas. Esse é apenas um pequeno e simples exemplo.

Os militantes filósofos e sociólogos da educação ignoram Sêneca, filósofo nascido na Espanha e atuante no Império Romano, quando este afirmava: “A educação exige os maiores cuidados, porque influi sobre toda a vida”. Ou talvez por isso mesmo a escola foi escolhida para uma revolução sutil e desarmada militarmente, “porque influi sobre toda a vida”.

“É mais fácil governar um povo culto, cioso de suas prerrogativas e direitos, que tem nítida a compreensão de seus deveres, que um povo ignaro, indócil, sem iniciativa e inimigo do progresso”.

“O papel da instrução é preparar e formar homens capazes e úteis à sociedade; o papel do governo é fornecer meios fáceis de se adquirir a instrução, disseminando escolas e patrocinando iniciativas boas confiadas à competência e ao amor de quem promove tão nobilitante tarefa”.

**Prof. Carlos Alberto Gomes Cardim
Diretor da Escola Normal Caetano de Campos
Educador e Inspetor de Alunos, 1909
Irmão do fundador do
Centro Universitário Belas Artes de São Paulo
Pedro Augusto Gomes Cardim.**